

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 025/2025

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente estudo tem como objetivo atender às demandas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme as condições, descrições e quantidades especificadas no Documento de Formalização de Demanda (DFD) mencionado neste estudo. Esse atendimento está em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 015/2024, e nas demais legislações pertinentes.

1.2. O Município de Barcarena/PA tem o dever de assegurar à população o acesso contínuo e qualificado aos serviços de saúde, conforme preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para o pleno cumprimento dessa responsabilidade, é indispensável que a gestão municipal disponha de todos os insumos necessários à execução das ações de Atenção Primária, o que inclui, de forma prioritária, a disponibilização de profissionais médicos em número suficiente para atender à demanda crescente e garantir a efetividade das equipes que compõem a Estratégia Saúde da Família (ESF).

1.3. Considerando os dados do Sistema de Atenção Primária à Saúde (APS), o município de Barcarena possui teto autorizado para até 69 (sessenta e nove) equipes de Saúde da Família, conforme pactuação firmada com o Ministério da Saúde. No entanto, atualmente apenas 42 (quarenta e duas) equipes estão em efetivo funcionamento. Essa limitação é agravada pela elevada rotatividade de profissionais médicos e pelas ausências temporárias decorrentes de férias, licenças, afastamentos legais e exonerações. Tais desfalques resultam em lacunas significativas na assistência prestada, impactando negativamente os indicadores de saúde e comprometendo a confiança da população no sistema público. O cenário evidencia não apenas um déficit de cobertura, como também um em potencial oportunidade de expansão futura, condicionada à disponibilidade orçamentária e à evolução das demandas locais.

1.4. Outro agravante é a dificuldade de provimento e fixação de médicos em regiões periféricas e de difícil acesso, realidade comum em muitos municípios brasileiros, especialmente da Região Norte. Essa fragilidade estrutural compromete não apenas a oferta de serviços essenciais, como também a continuidade dos vínculos entre equipe e comunidade, aspecto central para a efetividade da Atenção Primária.

1.5. A contratação visa a prestação de serviços médicos especializados em Clínica Geral e Saúde da Família, com atuação nas Unidades Básicas de Saúde do município. Os profissionais deverão realizar atendimentos clínicos, acompanhamento contínuo dos pacientes, emissão de laudos e participar das ações estratégicas do Programa Saúde da Família. Esses serviços são essenciais para garantir a assistência médica qualificada, o monitoramento da saúde da população e a efetivação das políticas públicas de atenção primária conforme as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

1.6. Diante desse contexto, a contratação de serviços médicos especializados em clínica geral e/ou saúde da família, mostra-se essencial para suprir a carência de profissionais, assegurar a continuidade das ações programáticas e garantir o atendimento oportuno às demandas espontâneas da população. Assim, a contratação proposta atende diretamente à necessidade institucional de assegurar a presença estável de profissionais médicos nas unidades de saúde da Atenção Primária, promovendo a efetividade

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

das ações assistenciais e contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde pública no território municipal.

1.7. Dessa maneira, a administração pública cumpre sua missão de oferecer um serviço de saúde eficiente e de maneira adequada, priorizando a segurança e a eficiência na prestação dos serviços públicos à população.

2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual para o ano de 2025, porém possui orçamento direcionado para a contratação na despesa de Serviço para o exercício de 2025, conforme o inciso II, do § 1º, do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentaria: 10.15– Fundo Municipal de Saúde.

Dotação Orçamentaria: 10.301.0051.2.127.000 Manter as Equipes da Família -ESF

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Subelemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Médicos Hospitalares, Odontológico e Laboratoriais.

Fonte de Recurso: 1.500.1002 (Recurso Próprio)

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos Legais:

3.1.1 A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar – ETP tem amparo legal nos seguintes dispositivos legais:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas direta, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Obediência à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018):** A empresa deverá garantir a proteção das informações sensíveis dos pacientes, especialmente na manipulação e transmissão de dados clínicos.
- Resolução CFM nº 2.430/2025. Dispõe sobre o ato médico pericial, a produção da prova técnica médica, estabelece critérios mínimos de segurança na construção da prova pericial, atualiza o uso de tecnologias de comunicação na avaliação médico pericial.

3.2. Qualificação Técnica:

- Todos os profissionais precisam estar registrados no Conselho Regional de Medicina (CRM) para que possa exercer suas atividades.
- Declaração de atuação anterior na Atenção Básica / Saúde da Família (quando exigido) - Pode ser solicitada como experiência comprovada, especialmente em municípios que exigem perfil técnico alinhado com a PNAB (Política Nacional de Atenção Básica).
- Declaração de ciência e conformidade com a Portaria GM/MS nº 2.436/2017 - Essa portaria define as atribuições dos profissionais da Atenção Básica. Exigir uma declaração de ciência ou termo de compromisso com essas diretrizes é uma prática adotada por muitos municípios.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.3. Requisitos de Negócio:

- 3.3.1. Considera-se que esta contratação se enquadra na categoria de serviços de natureza comum previstos no art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021;
- 3.3.2. Os serviços médicos de clínica geral e/ou saúde da família ora demandados apresentam caráter essencial, recorrente e permanente, configurando, portanto, natureza contínua, conforme definição do art. 106, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de atividade imprescindível ao funcionamento ininterrupto de setores estratégicos da rede municipal de saúde, como as UBS e demandas da Atenção Primária à Saúde.
- 3.3.3. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data de sua assinatura, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3.4. A vigência contratual poderá ser prorrogada, desde que observado o interesse da Administração, mediante justificativa devidamente formalizada, por iguais e sucessivos períodos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3.5. As prorrogações serão formalizadas por meio de termo aditivo, devidamente instruído no processo administrativo e publicado no Diário Oficial, em consonância com os princípios da legalidade, publicidade e transparência. O quantitativo consta expressamente no documento de formalização de demanda, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.
- 3.3.6. A quantidade a ser adquirida foi definida com base na demanda apontada pela secretaria demandante e dos documentos que lhe dão suporte, sendo projetado por elas um quantitativo de acordo com levantamento por elas realizado, para consumo durante a vigência da contratação.

3.4. Da prestação dos serviços:

- 3.4.1. Os serviços serão executados por 42 médicos fixos alocados nas Equipes de Saúde da Família, distribuídos em 22 Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município. Cada profissional cumprirá uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira. A organização do atendimento será definida conforme o funcionamento de cada UBS.
- 3.4.2. A distribuição dos profissionais ocorrerá da seguinte forma:
 - 22 médicos serão alocados individualmente em 22 UBS, atuando em equipes com 1 médico cada.
 - Horário de atendimento: das 07h00 às 15h00, de segunda a sexta-feira (turno único: manhã/tarde).
 - 20 médicos serão distribuídos em 10 UBS, compondo equipes com 2 médicos cada.
 - Horário de atendimento: O atendimento é realizado em dois turnos, de modo a ampliar a cobertura assistencial de segunda a sexta-feira
 - Turno manhã/tarde: das 07h00 às 15h00;
 - Turno tarde/noite: das 15h00 às 19h00;
- 3.4.3. Carga Horária e Metas de Atendimento: Cada profissional deverá cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, realizando no mínimo 24 atendimentos diários, sendo:
 - 20 (vinte) atendimentos previamente agendados;
 - Até 4 (quatro) atendimentos destinados à demanda espontânea, conforme orientação da coordenação da respectiva UBS.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. A quantidade de profissionais e de atendimentos foi definida com base nas demandas identificadas pela secretaria e em documentos técnicos que embasaram o planejamento da contratação, considerando a realidade das UBSs e o histórico de atendimento da rede municipal.

4.2. Os quantitativos iniciais são de 42 médicos podendo chegar um teto de até 69 (sessenta e nove) equipes de Saúde da Família, conforme pactuação estabelecida pelo Ministério da Saúde e consta expressamente no documento de formalização de demanda, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Foram utilizadas as seguintes fontes de consulta, análise de mercado e coleta de preços para realização da pesquisa de preços e elaboração do orçamento estimado, conforme segue:

5.1.1. **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA):** Foram consultados os registros e dados de outros municípios, disponibilizados pelo TCM para análise de preços de contratos públicos relacionados ao objeto em questão.;

5.1.2. **Cotação Direta com Fornecedor (Inc. IV, Art. 5º - IN 65/2021):** Foram realizadas consultas a diversos fornecedores especializados no ramo correspondente ao objeto da contratação. A obtenção direta de orçamentos visa estabelecer um valor de referência inicial, com base no preço de custo ou no valor sugerido pelos próprios fornecedores. Contudo, dentre os fornecedores consultados, apenas um encaminhou proposta de preços, a qual foi considerada válida e utilizada na composição do orçamento estimado;

5.1.3. **Banco de preços:** Plataforma utilizada para pesquisa, coleta e formação da cesta de preços, visando estabelecer o orçamento estimado para contratação dos itens.

- ✓ Importante destacar que o Banco de Preços reúne diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

5.2. A contratação de serviços médicos no setor público pode ser realizada por meio de diversas modalidades, assim como procedimento auxiliar, cada uma com suas particularidades, vantagens e limitações. A seguir, são detalhadas as principais formas observadas:

5.3. Credenciamento de Pessoas Jurídicas e/ou Físicas

5.3.1. O credenciamento é um procedimento auxiliar amplamente utilizada para a contratação de serviços médicos, permitindo que a Administração Pública habilite prestadores de serviços que atendam aos requisitos estabelecidos em edital, sem a necessidade de competição entre eles. Essa forma de contratação é especialmente útil quando se busca atender a uma demanda variável e contínua, como é o caso dos serviços de saúde

5.3.2. **Prefeitura de São Cristóvão do Sul/SC:** Realizou credenciamento para contratação de empresas especializadas na prestação de serviços médicos e exames laboratoriais, visando atender às demandas da Secretaria de Saúde do município. https://transparencia.betha.cloud/#/2F_Gk0R_up2haic1KcZoWw==/consulta/161529/detalhe/894:1753:2024_1_1753

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.3.3. **Prefeitura de Cujubim/RO:** Implementou credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos, com pagamento por hora trabalhada, visando suprir a necessidade de procedimentos cirúrgicos eletivos.
https://transparencia.cujubim.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/detalhe_licitacao&numlic=1890¶metrotela=licitacao&anomod=2025

5.3.4. **Município de São Caetano de Odivelas/PA:** Promoveu credenciamento para contratação de empresa para prestação contínua de serviços de consultas médicas especializadas e contratação de médicos para serem utilizados no serviço público de saúde, conforme Edital disponível no TCM/PA.
<https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/licitacoes/ficha/4167506#documentos>

5.3.5. **Município de Novo Progresso/PA:** Conforme informações disponíveis no Mural de Licitações do TCM/PA, o município realizou processo de credenciamento para contratação de serviços médicos especializados, seguindo as diretrizes da Lei nº 14.133/2021
<https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/licitacoes/ficha/4107598>

5.3.6. **Município de Capanema/Pa:** Promoveu credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de saúde destinados ao atendimento de pacientes do sistema único de saúde (sus) no município de Capanema/Pa: <https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/licitacoes/ficha/4168524>

5.4. Concurso Público

5.4.1. O concurso público é a forma tradicional de provimento de cargos efetivos na Administração Pública, garantindo estabilidade e continuidade dos serviços. No entanto, essa modalidade pode ser limitada pela escassez de profissionais interessados, especialmente em localidades de difícil acesso ou com menor atratividade.

5.5. Processo Seletivo Simplificado

5.5.1. Utilizado para contratações temporárias, o processo seletivo simplificado permite à Administração Pública suprir necessidades emergenciais ou transitórias. Embora seja uma alternativa ágil, sua utilização deve observar os limites legais quanto à duração e à justificativa da contratação.

5.6. Convênio com Instituições de Ensino (faculdades de medicina com residência ou estágio supervisionado)

5.6.1. Apresenta como vantagens a possibilidade de ser financeiramente vantajoso ou até gratuito e a geração de contrapartida em formação de profissionais por outro lado possui como desvantagens o fato de o atendimento ser realizado por estudantes ou residentes sob supervisão não abranger todas as especialidades nem todos os horários e ser limitado a instituições parceiras com restrição de abrangência.

5.7. Adesão a Programas Federais (Mais Médicos)

5.7.1. Oferece como vantagens o custo reduzido para o município devido ao subsídio federal e a atuação de profissionais com formação específica para atenção básica contudo apresenta como desvantagens a dependência de edital e disponibilidade de vagas pelo Ministério da Saúde a possibilidade de rotatividade e descontinuidade dos profissionais e a cobertura que nem sempre atende à totalidade da necessidade local.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.8. Com base na análise técnica e mercadológica realizada, é possível afirmar com segurança que o credenciamento desponta como o procedimento mais adequado, estratégico e eficaz para a contratação dos serviços médicos demandados pela Administração. A escolha não é apenas legalmente respaldada, mas sobretudo coerente com a realidade operacional da saúde pública, especialmente no contexto municipal.

5.9. A experiência de diversos municípios do Estado do Pará, conforme amplamente demonstrado na pesquisa junto ao Mural de Licitações do TCM/PA, revela que o credenciamento não é uma exceção, mas sim uma prática consolidada. Muitos processos semelhantes foram identificados apenas nos últimos meses, confirmando sua efetividade e aceitação no cenário local.

5.10. Essa modalidade oferece flexibilidade, celeridade e a possibilidade de atender a demandas variáveis, características inerentes aos serviços de saúde.

5.11. Além disso, o credenciamento não compromete a segurança jurídica do processo, uma vez que está expressamente previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021 como procedimento auxiliar. Quando bem instruído e formalizado, como no presente caso, assegura total transparência, economicidade e legitimidade.

5.12. Por essas razões, a equipe de planejamento reafirma de forma objetiva e fundamentada que o credenciamento é a alternativa mais vantajosa para o interesse público, considerando a natureza dos serviços, a dinâmica do setor de saúde, a prática corrente entre entes federativos semelhantes e a composição de preços demonstrada em anexo. Trata-se de uma decisão técnica, legal e estratégica, que atende plenamente aos princípios da Administração Pública e às diretrizes da nova legislação de compras governamentais.

5.13. Dessa forma, garantimos que a análise foi conduzida com base em fontes confiáveis e atualizadas, assegurando que os valores utilizados para as contratações estejam alinhados aos padrões de mercado e atendam integralmente às exigências legais;

5.14. Para esclarecimento, o cálculo utilizado na planilha de orçamento estimado, decorreu da seguinte forma:

- Período de Execução de 24 meses (2 anos);
- Quantidade de Profissionais por Mês;
- Quantidade Total de Serviços: Resultado da multiplicação de Meses x Profissionais/mês.

5.7. Há várias empresas do ramo no mercado, assim como a prática comum da atividade, caracteriza que se trata de uma contratação, e que não possui restrição no mercado.

5.8. Considerando diversas fontes e análises de contratações semelhantes realizadas por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam atender melhor às necessidades da Administração, além do histórico de contratação de comercialização, conforme apresentado neste documento, é evidente que, dada a quantidade de fornecedores existentes, o mercado fornecedor tem capacidade suficiente para atender satisfatoriamente e sem dificuldades as demandas dos órgãos e entidades.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a elaboração do orçamento estimativo deste ETP, cujo documento se encontra em anexo, foram utilizadas, além do sistema Banco de Preços, outras fontes de pesquisa e consultas a sites especializados.

6.2. No Banco de Preços foram realizadas pesquisas entre 16/06/2025 às 12h:48':39" e 18/06/2025 às 16h:02':33", com relatório gerado no dia 10/07/2025, e foi utilizado o método de média aritmética dos preços obtidos pelo (TCU).

6.3. O sistema utilizado atende a Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021.

6.4. Considerando o valor estimado deste processo, observa-se uma estimativa de despesa referente à contratação no montante de R\$ 28.804.014,00 (vinte e oito milhões, oitocentos e quatro mil e quatorze reais).

6.5. Contudo, para fins de maior precisão técnica e segurança jurídica, faz-se necessária a elaboração de uma planilha de composição detalhada dos custos, com o objetivo de subsidiar a construção do Termo de Referência.

6.6. Esta planilha deverá conter, de forma estruturada, os principais componentes da formação de preços, tais como:

- Remuneração dos profissionais, inclusive encargos trabalhistas quando aplicável;
- Tributos e contribuições incidentes sobre a prestação dos serviços (ISS, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS etc.);
- Despesas administrativas, operacionais e logísticas da contratada;
- Equipamentos, materiais e insumos eventualmente necessários para execução dos serviços;
- Margem de lucro da contratada.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

7.1. Após análise, concluímos que Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços médicos em clínica geral e/ou saúde da família, no procedimento auxiliar de licitação, denominado Credenciamento, se mostra como a mais vantajosa, célere e viável para a administração pública

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

- ✓ Ampliação do Acesso à Atenção Primária;
- ✓ Qualidade e Efetividade do Atendimento;
- ✓ Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família;
- ✓ Melhoria de Indicadores de Saúde;
- ✓ Gestão Eficiente de Recursos;
- ✓ Monitoramento e Avaliação;
- ✓ Integração com a Rede de Atenção à Saúde

9.2. Com a demanda pretendida, essa Administração deseja garantir a eficiência operacional, redução de custos, bem como a otimização de tempo e recursos, e a segurança e conforto.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

10.1. Em relação ao objeto da contratação não identificamos a necessidade de adequação ou providências, de qualquer natureza, a ser realizada no âmbito da Administração Municipal.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Em relação ao objeto da contratação não identificamos a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A atividade de clínica geral e/ou saúde da família em si não gera impactos ambientais diretos significativos. No entanto, algumas ações para mitigar impactos indiretos podem ser adotadas:

- a) Destinação adequada de resíduos hospitalares (agulhas, seringas, materiais descartáveis);
- b) Uso racional de energia elétrica e água durante os plantões;
- c) Redução do consumo de medicamentos e materiais através de compras planejadas.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

13.1. Com base nos elementos apresentados neste estudo técnico preliminar, elaborado pela equipe de planejamento do Departamento de Licitação e Contratos, foi constatado que a solução mais vantajosa para atender à demanda identificada é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços médicos em clínica geral e/ou saúde da família, com procedimento auxiliar de licitação, denominado **Credenciamento**.

13.2. **Viabilidade Técnica:** considerando que tais especialidades são pilares estruturantes da Atenção Primária à Saúde (APS). Os médicos atuam diretamente na promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de condições agudas e crônicas, contribuindo de forma decisiva para a resolutividade do sistema e a redução da sobrecarga em unidades de média e alta complexidade. Sua atuação é essencial para garantir acesso contínuo, acolhimento e integralidade do cuidado à população.

13.3. **Viabilidade Econômica:** Sob a perspectiva econômica, a contratação se mostra vantajosa, sobretudo quando comparada aos impactos decorrentes da desassistência médica, como o agravamento de doenças evitáveis, o aumento da demanda por atendimentos de urgência, internações hospitalares, ações judiciais e os consequentes custos com remoções e tratamentos em outros níveis de atenção. A presença de médicos clínicos e de saúde da família contribui para a eficiência na alocação dos recursos públicos, promovendo atenção resolutiva e custo-efetiva.

13.4. **Adequação:** A contratação é plenamente adequada às necessidades da Administração Pública, pois atende diretamente a um serviço essencial, contínuo e de responsabilidade municipal: a Atenção Primária à Saúde. Alinha-se aos princípios constitucionais da eficiência, universalidade e integralidade do SUS, além de observar os parâmetros legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. A medida assegura a execução regular dos programas de saúde, o alcance das metas pactuadas e o atendimento humanizado à população.

13.5. **Conclusão:** Diante do exposto, conclui-se que a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos nas especialidades de clínica geral e/ou saúde da família é tecnicamente viável, economicamente justificável, adequada às diretrizes da política pública de saúde e fundamental para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços ofertados à população na rede municipal de atenção básica.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

13.6. Com base nos elementos apresentados neste estudo técnico preliminar realizado pela equipe de planejamento da contratação, consideramos que a solução mais vantajosa para atender a demanda aqui exposta é a contratação, **modalidade de contratação Credenciamento**.

13.7. Dessa forma, recomenda-se a aprovação da solução para o referido objeto e o prosseguimento do processo, passando à nova **fase para elaboração da planilha de custo e em seguida a elaboração do Termo de Referência**, conforme o inciso II do art. 18 da Lei 14.133/2021.

14. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Barcarena/PA, 15 de julho de 2025.

Elaborado por:

Elaine de Castro Araújo

Cargo: Assessor CPC

Decreto nº 0038/2025

Orçamento elaborado por:

Anne K. S. Carneiro

Agente Administrativo

Matricula: 14411-8/2

Aprovado por:

Milvea Franciane Ferreira Carneiro

Secretária Municipal de Saúde

Decreto nº 0015/2025 – GPMB